

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Classe : Habeas Corpus n.º 8006284-04.2022.8.05.0000 Órgão : Primeira Câmara Criminal – Segunda Turma Relator : Des. Abelardo Paulo da Matta Neto Impetrante : JIMMY BRITO SILVA Paciente : JOSÉ ADAILTON SILVA DA COSTA Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI E EXECUÇÕES PENAIIS DA COMARCA DE PAULO AFONSO ACORDÃO HABEAS CORPUS. CONDENAÇÃO. PENA. TRANSFERÊNCIA DE PRESOS. DECISÃO. JUÍZO DE EXECUÇÃO. RECURSO PRÓPRIO. AGRAVO. IMPETRAÇÃO. ILEGALIDADE MANIFESTA. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. 1. No esteio da compreensão assentada nas Cortes Superiores, em que pese o caráter mandamental do habeas corpus, tem-se por inadmissível sua utilização como substitutivo de recurso próprio, para a impugnação de ato judicial, comissivo ou omissivo, por ele especificamente impugnável. 2. Cuidando-se de impugnação à decisão que determinou ao Paciente a transferência de presos, de extrema periculosidade, em sede de execução definitiva, a legislação de regência prevê a utilização do recurso de agravo, nos moldes do art. 197 da Lei nº 7.210/84, o qual não comporta mera substituição pelo writ, muito menos quando preclusa a oportunidade para formalização recursal. 3. Inviável a concessão de habeas corpus de ofício quando não vislumbrada, sequer remotamente, ilegalidade manifesta no ato coator combatido. 4. No caso dos autos, conforme bem pontuado pela Autoridade Coatora, trata-se de transferência de presos de extrema periculosidade, tanto que o deferimento desta foi condicionado à autorização do Corregedor Geral de Justiça. 5. Pontue-se, assim, que mesmo se coubesse Habeas Corpus este englobaria ato do Corregedor Geral da Justiça, carecendo esta Turma Criminal de competência para apreciação. Ademais, as questões pessoais do Paciente deveriam ter sido submetidas primeiramente ao juízo a quo, configurando a atuação deste 2º Grau verdadeira supressão de instância. 6. Revelando-se inviável o processamento do habeas corpus impetrado como substitutivo direto de recurso e não sendo a hipótese de concessão da ordem de ofício, a prestação jurisdicional encontra exaurimento intransponível em seu efetivo não conhecimento. 8. Ordem não conhecida. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 8006284-04.2022.8.05.0000, em que figura como Paciente JOSÉ ADAILTON SILVA DA COSTA e como Autoridade Coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Crime, Júri e Execuções Penais da Comarca de Paulo Afonso-BA, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em NÃO CONHECER DO WRIT, nos termos do voto condutor. DES. ABELARDO PAULO DA MATT NETO RELATOR / PRESIDENTE PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Não conhecido Por Unanimidade Salvador, 29 de Março de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Classe : Habeas Corpus n.º 8006284-04.2022.8.05.0000 Órgão : Primeira Câmara Criminal – Segunda Turma Relator : Des. Abelardo Paulo da Matta Neto Impetrante : JIMMY BRITO SILVA Paciente : JOSÉ ADAILTON SILVA DA COSTA Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI E EXECUÇÕES PENAIIS DA COMARCA DE PAULO AFONSO RELATÓRIO Trata-se de Ordem de Habeas Corpus Liberatório, com pedido de liminar, impetrada em favor de JOSÉ ADAILTON SILVA DA COSTA, por ato atribuído ao MM. Juízo de Direito da 1ª. Vara Crime e Execução Penal da Comarca de Paulo Afonso/BA, apontado coator. Consta na narrativa, em síntese, que o Paciente possui penas unificadas totalizadas em 48 (quarenta e oito) anos e 10 (dez) meses de reclusão, cumprindo pena, atualmente, em regime semiaberto. Narra, o ilustre impetrante, que – no

dia 04.02.2022 – o reeducando foi transferido do Conjunto Penal de Paulo Afonso para o de Vitória da Conquista, localizado a 766 (setecentos e sessenta e seis) quilômetros de distância. Neste trilhar, alega que toda a família do Paciente reside no Município de Paulo Afonso e, por serem pessoas hipossuficientes, ficam impossibilitadas de visitar o mesmo no Conjunto Penal ao qual fora transferido, solicitando, desta maneira, o seu retorno para o Conjunto Penal de Paulo Afonso/BA. Pontua que a transferência do Paciente e dos demais internos se deu após a autoridade coatora deferir o requerimento dos Delegados de Polícia locais, sob o fundamento de que “[...] o aumento expressivo de crimes violentos contra a pessoa na cidade de Paulo Afonso/BA, deve-se à vinculação destes com facções criminosas em atividade dentro do presídio de Paulo Afonso/BA [...]” (Sic) (Id 25098257) Aduz que o Paciente está sendo punido sem justo motivo, haja vista inexistir instauração de PAD com falta grave, em seu desfavor, para motivar a transferência do mesmo de maneira unilateral e salienta que o reeducando possui uma boa conduta carcerária. Assevera que o Paciente não integra nenhuma facção criminosa. Nessa toada, pleiteiam, in limine, com posterior confirmação, quando do julgamento do mérito, “o imediato RETORNO do paciente, JOSÉ ADAILTON SILVA DA COSTA, AO CONJUNTO PENAL DE PAULO AFONSO – BA, para o cumprimento de sua pena, para que assim o reeducando possa ter convívio com seus familiares ” (Id 25098257). Almejando instruir o pleito, foram colacionados os documentos de ID 25098260 a 25098264. O feito veio-me distribuído por prevenção, tendo por paradigma a antecedente impetração de nº 8005028-26.2022.8.05.0000. Em sede de exame perfunctório e sob o prisma da excepcionalidade da medida, a liminar postulada foi indeferida, determinando-se o regular prosseguimento processual (evento nº 25160599). A Autoridade Impetrada prestou informações, explicitando a tramitação do processo de execução da pena e transferência de presos, com destaque de que as transferências foram condicionadas à autorização do Corregedor Geral de Justiça (evento nº 25419183). O Ministério Público, pela Procuradoria de Justiça Criminal, ofertou parecer conclusivo, opinando pela não conhecimento e, caso ultrapassada a tese, pela denegação da ordem, por ausência de legítima causa (evento nº 25599132). Voltando-me os autos virtuais à conclusão, constatada a inexistência de diligências pendentes, neles lancei a presente sinopse, com vistas à sua apresentação a julgamento. É o relatório. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Classe : Habeas Corpus n.º 8006284-04.2022.8.05.0000 Órgão : Primeira Câmara Criminal – Segunda Turma Relator : Des. Abelardo Paulo da Matta Neto Impetrante : JIMMY BRITO SILVA Paciente : JOSÉ ADAILTON SILVA DA COSTA Impetrado : JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI E EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE PAULO AFONSO VOTO Ao exame do caderno processual virtual, deflui-se cuidar-se de impetração voltada à impugnação de decisão lavrada em sede de execução penal, pela qual se determinou a transferência do Paciente do cumprimento de pena em outro estabelecimento penal. Ab initio, em que pese a argumentação trazida com o writ, impende, em precedência à sua efetiva análise, aferir a possibilidade de seu conhecimento, sobretudo ante à necessária contextualização da realidade fática em que se assenta a impetração. Isso porque, não obstante seja o habeas corpus medida constitucional de natureza mandamental e espectro amplo para a defesa da garantia de liberdade do indivíduo contra ilegalidade ou abuso, tem-se por vedada a sua utilização quando o ato impugnado, comissivo ou omissivo, se reveste de cunho judicial e desafia a interposição de recurso próprio. E esta é,

exatamente, a situação descrita no feito. O Paciente, conforme se extrai do presente feito, foi transferido de estabelecimento penal para cumprimento de pena, em processo específico e condicionado à autorização do Corregedor Geral de Justiça. Trata-se, portanto, de condução processual integralmente atribuída ao Juízo de Execução Penal, temas para os quais, nos exatos termos do que preconizam os arts. 194 e 197 da Lei nº 7.210/84, em aplicação combinada com seu art. 66, V, g, há a expressa previsão do cabimento do recurso de agravo. Confira-se: “Art. 66. Compete ao Juiz da execução: (...) V – determinar: (...) g) o cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca; [...] Art. 194. O procedimento correspondente às situações previstas nesta Lei será judicial, desenvolvendo-se perante o Juízo da execução. [...] Art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.” Desse modo, cuidando-se de impugnação lavrada em sede de Execução Penal, competia ao Paciente impugná-la por meio do recurso próprio, qual seja, o de agravo, revelando-se inadmissível sua substituição pela impetração de habeas corpus, como procedido. Com efeito, o habeas corpus não tem por finalidade substituir a utilização de recurso próprio, expressamente previsto em Lei, hipótese na qual, em verdade, torna-se forçoso o seu não conhecimento – ressalvada apenas a hipótese de ilegalidade flagrante. A compreensão é sedimentada na Jurisprudência, notadamente do âmbito das Cortes Superiores (em arestos sem destaques no original): “AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE OFENSA. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RISCO DE CONTAMINAÇÃO POR CORONAVIRUS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. REITERAÇÃO DE WRIT ANTERIOR. EXCESSO DE PRAZO. ENUNCIADO Nº 64 DA SÚMULA DO STF. DELONGA PROCESSUAL DECORRENTE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO E RECURSO ESPECIAL PELA DEFESA, BEM COMO JUNTADA DE LAUDO DE INSANIDADE MOTIVANDO INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO DESPROVIDO. (...) 3. Nos termos da decisão agravada, o habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício. Nesse sentido: STF, HC 147.210–AgR, Rel. Ministro Edson Fachin, DJe de 20/02/2020; HC 180.365AgR, Relatora Ministra Rosa Weber, DJe de 27.03.2020; HC 170.180–AgR, Relatora Ministra Carmem Lúcia, DJe de 03/06/2020; HC 169174AgR, Relatora Ministra Rosa Weber, DJe de 11.11.2019; HC 172.308–AgR, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe de 17/09/2019 e HC 174184–AgRg, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe de 25/10/2019. STJ: HC 563.063–SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 10/06/2020; HC 323.409/RJ, Rel. p/ Acórdão Ministro Félix Fischer, Terceira Seção, julgado em 28/02/2018, DJe 08/03/2018; HC 381.248/MG, Rel. p/ Acórdão Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 22/02/2018, DJe 03/04/2018. 4. Em relação ao pleito de relaxamento da prisão diante do risco gerado pelo quadro pandêmico ora enfrentado, a matéria não foi previamente examinada pela Corte a quo, inviabilizando o conhecimento da matéria diretamente neste Tribunal, sob pena de incorrer-se em supressão de instância. (...) 12. Agravo desprovido.” (STJ – AgRg no HC 579.097/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2020, DJe 25/06/2020). “PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO

ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. Esta Corte (HC 535.063, Terceira Seção, julgado em 10/6/2020) e o Supremo Tribunal Federal (AgRg no HC 180.365, Primeira Turma, julgado em 27/3/2020 e AgRg no HC 147.210, Segunda Turma, julgado em 30/10/2018) pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. 3. No caso, a prisão preventiva está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa – roubo praticado em concurso de agentes e mediante o uso de arma branca – e em razão do risco de reiteração delitiva, pois, segundo consta do decreto preventivo, o paciente é reincidente. 4. Conquanto seja notória a gravidade da ampla disseminação do novo coronavírus no Brasil, não houve comprovação de que o paciente estaria enquadrado no grupo de risco da COVID-19, assim como também não há evidências de que, dentro do estabelecimento prisional, ele não terá atendimento e proteção adequados. 5. Habeas corpus não conhecido.” ( STJ HC 582.577/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2020, DJe 29/06/2020) “HABEAS CORPUS. IRRESIGNAÇÃO EM FACE DE ALEGADA DEMORA NA ANÁLISE DE PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME. MATÉRIA AFETA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO, DESAFIANDO O RECURSO DE AGRAVO. NÃO CABIMENTO DO WRIT. Incabível a impetração de habeas corpus, na espécie, uma vez que a impetrante deduz matéria afeta ao Juízo da Execução Penal, que deve ser atacada mediante o recurso de agravo em execução, conforme o disposto no artigo 197 da LEP. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.” (TJ-RS – HC: 70074391053 RS, Relator: Genacéia da Silva Alberton, Data de Julgamento: 09/08/2017, Quinta Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 11/08/2017) Esta própria Turma assim já decidiu: “HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CONDENAÇÃO. REGIME FECHADO. SUBSTITUIÇÃO. PRISÃO DOMICILIAR. NEGATIVA. JUÍZO DE EXECUÇÃO. RECURSO PRÓPRIO. AGRAVO. IMPETRAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. 1. No esteio da compreensão assentada nas Cortes Superiores, em que pese o caráter mandamental do habeas corpus, tem-se por inadmissível sua utilização como substitutivo de recurso próprio, para a impugnação de ato judicial por ele especificamente impugnável. 2. Cuidando-se de impugnação ao não deferimento ao Paciente de prisão domiciliar, por decisão lavrada em sede de execução penal definitiva, a legislação de regência prevê a utilização do recurso de agravo, nos moldes do art. 197 da Lei nº 7.210/84, o qual não comporta mera substituição pelo writ. 3. Inviável a concessão de habeas corpus de ofício quando não vislumbrada, sequer remotamente, ilegalidade manifesta no ato coator combatido, especialmente quando voltado à concessão de prisão domiciliar fora das hipóteses do art. 117 da Lei de Execução Penal ou mesmo da própria Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça. 4. Ordem não conhecida.” (TJBA – Primeira Câmara Criminal / Segunda Turma –HC nº 8013841-13.2020.8.05.000. Rel. Des. Abelardo Paulo da Matta Neto. Julgado em 04/08/2020. Ac. Un.) Ressalte-se que a desídia da própria Defesa, deixando de interpor o recurso de Agravo à execução no momento adequado, não pode ser remediado pela via do habeas corpus. Do mesmo modo que o habeas corpus não se presta à substituição de recurso próprio, com ainda maior razão não pode representar oportunidade de reabertura do momento processual para que seja aquele manejado, ainda que indiretamente, pela

via substitutiva. A compreensão firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça ampara integralmente tais conclusões, conforme se ilustra: “HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO DEFENSOR PARA A SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRECLUSÃO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício. 2. Não há comprovação de que tenha havido pedido de sustentação oral nem elementos que comprovem a falta de intimação da sessão de julgamento. Sabe-se apenas que não houve solicitação de preferência nem pedido de sustentação oral por parte da defesa 3. O entendimento desta Corte é no sentido de que a falta de intimação do advogado constituído para a sessão de julgamento resulta em nulidade. Contudo, mesmo diante da existência de pedido expresso para realizar sustentação oral, a mencionada nulidade deve ser arguida na primeira oportunidade que a defesa tomar ciência do resultado do julgamento, levando ao conhecimento da Corte local, por meio do recurso cabível, a ocorrência do vício e o efetivo prejuízo, sob pena de preclusão. 4. Habeas corpus não conhecido.” (STJ – HC: 610085 SP 2020/0225248-2, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 20/10/2020, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/10/2020). “AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. WRIT NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE APTA A POSSIBILITAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. INTERRUÇÃO DA CONTAGEM DO PRAZO PARA PROGRESSÃO DE REGIME. PRECEDENTES. PLEITO DE REMIÇÃO DE PENA. APLICAÇÃO DA LEI N. 12.433/11. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. FUNDAMENTO INATACADO. PRECLUSÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. AGRAVO IMPROVIDO. I. O não conhecimento do habeas corpus encontra-se fundamentado na impossibilidade de utilização do writ como substitutivo de recurso próprio, após a alteração do entendimento acerca do cabimento do writ, adotada pela 1ª Turma do Pretório Excelso (HC’s ns. 109.956/PR e 104.045/RJ), bem como pela ausência de ilegalidade apta a possibilitar a concessão da ordem de ofício. II. O Tribunal de origem negou provimento ao agravo em execução ao entendimento de que o cometimento de falta disciplinar de natureza grave acarreta a interrupção da contagem do prazo para a obtenção da progressão prisional, em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça. Ausente, portanto, a ilegalidade apontada. III. Impossibilidade de apreciação da remição à luz da Lei 12.433/11. O Agravante descuroou-se de trazer aos autos cópia da decisão que decretou a perda total dos dias remidos, o quê impossibilita a análise em sede de habeas corpus do constrangimento do qual alega estar sendo vítima. IV. A análise da remição penal deverá ser realizada pelo Juiz da execução, nos exatos termos do art. 66, I, III, c, da Lei de Execucoes Penais. V. Ausência de inconformismo em relação ao fundamento relativo ao caráter substitutivo do habeas corpus. Manutenção do decisum impugnado. Preclusão. VI. Agravo Regimental improvido.” (STJ – AgRg no HC: 215871 MS 2011/0192902-3, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de Julgamento: 21/11/2013, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/11/2013) Com efeito, se o tema está precluso em sua discussão, tal ocorrência se opera em caráter amplo, seja pelo recurso adequado, seja pelo habeas corpus que, como visto, não pode lhe servir de substitutivo. Sendo assim, a inviabilidade à análise do writ voluntário é manifesta, restando apreciar se cuidar de alguma

hipótese em que se possa constatar ilegalidade manifesta. Nesse aspecto, a cuidadosa análise dos autos virtuais desvela não haver sequer vestígio de ilegalidade manifesta, haja vista que a decisão lavrada na origem se respalda, diretamente, nos pressupostos legais de regência. No caso dos autos, conforme bem pontuado pela Autoridade Coatora, trata-se de transferência de presos de extrema periculosidade, tanto que o deferimento da transferência foi condicionado à autorização do Corregedor Geral de Justiça. Pontue-se, assim, que mesmo se coubesse Habeas Corpus este englobaria ato do Corregedor Geral da Justiça, carecendo esta Turma Criminal de competência para apreciação. Ademais, as questões pessoais do Paciente deveriam ter sido submetidas primeiramente ao Juízo a quo, configurando a atuação deste 2º Grau verdadeira supressão de instância. Não há, assim, espaço para se reconhecer a presença de qualquer ilegalidade manifesta no feito, vez que as transferências de presos foram efetivadas em processo próprio e de forma fundamentada. Logo, à míngua de qualquer respaldo normativo mínimo para a postulação, não se cuida de hipótese atrativa da concessão do writ ex officio, eis que não vislumbra qualquer manifesta ilegalidade. Por conseguinte, patente a hipótese de utilização do writ como substitutivo de recurso e não se visualizando qualquer indício de manifesta ilegalidade, tem-se por imperativo, em alinhamento à compreensão externada pelos arestos aqui transcritos, igualmente adotados como fundamentação decisória, o esgotamento da prestação jurisdicional com o não conhecimento do writ. Ex positis, NÃO CONHEÇO DA IMPETRAÇÃO. É o voto. Des. Abelardo Paulo da Matta Neto Relator